



Universidades Lusíada

Ferreira, Dinah dos Reis

Que formação em serviço social para os anos 90

<http://hdl.handle.net/11067/3910>

Metadados

Data de Publicação	1993
Resumo	Hoje, o saber não é redutível ao somatório, maior ou menor, de informação que se detém nem ao conjunto de conhecimentos que se conseguiu acumular, mas, cada vez mais, se encontra ligado à capacidade de se progredir no conhecimento, a capacidade de par em causa o próprio saber e, sobre ele, reflectir criticamente e caminhar no sentido de construir novos saberes....
Palavras Chave	Assistentes sociais - Formação - Portugal - Lisboa
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 07 (1993)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:25:16Z com informação proveniente do Repositório

QUE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PARA OS ANOS 90 *

*Dinah dos Reis Ferreira ***

“De ce qu'à moi, ou à tout le monde, il en *semble* ainsi, il ne s'ensuit pas qu'il en *est* ainsi.

Mais ce que l'on peut fort bien se demander, c'est s'il y a sens à en douter”.

Ludwing Wittgenstein in *De la Certitude*, Paris, Gallimard, 1987

A proposta que vos trago, com a intenção de suscitar o debate entre nós, que espero seja bastante participado, é a de espreiarmos um olhar por dentro da formação em Serviço Social em Portugal e do Instituto de Lisboa em particular. Isto porque esse percurso me parece significativo do ponto de vista da evolução do Serviço Social e da sua relação forte com a evolução do conhecimento nas Ciências Sociais em geral. Por outro lado (e isso será um outro vector em que a formação em Serviço Social se move), é necessário não esquecer, e trazer à luz do dia, quais os debates que se travam hoje nas Ciências Sociais capazes de influenciar, por fora, a formação em Serviço Social e quais os debates internos à própria disciplina.

Hoje, o saber não é redutível ao somatório, maior ou menor, de informação que se detém nem ao conjunto de conhecimentos que se conseguiu acumular, mas, cada vez mais, se encontra ligado à capacidade de se progredir no conhecimento, à capacidade de pôr em causa o próprio saber e, sobre ele, reflectir criticamente e caminhar no sentido de construir novos saberes. Como diz Boaventura Sousa Santos: “na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum”. (1)

* (Comunicação apresentada no 1.º Congresso Luso-Espanhol de Serviço Social, Funchal Outubro de 1991)

** Professora do ISSS de Lisboa

Eis porque, sendo embora sobremaneira importante a aprendizagem técnica e o bom manuseamento das tecnologias básicas do trabalho social, essa aprendizagem está longe de ser suficiente para o trabalho qualificado que hoje se espera do Assistente Social e que a realidade social exige.

É adquirido que as políticas sociais perderam a dimensão redutora de simples respostas a carências mais ou menos sentidas pela população e ganharam um espaço de intervenção que radica no crescente reconhecimento da importância do social na vida colectiva.

Isto mesmo não deixa de ser reconhecido por Lapierre ao apresentar-nos as fragilidades da corrente funcionalista enquanto matriz de entendimento da sociedade, dizendo-nos que “a grande fraqueza do funcionalismo — sistémico ou não — e em particular do de Parsons, é a de introduzir num dado momento da análise a constatação de que há conflitos (ou clivagens) no sistema social, sem se perguntar porquê, remetendo mesmo a explicação para uma análise do envolvimento do sistema que não é feita. A inibição ideológica é bem clara. O funcionalismo é uma teoria de integração das partes numa totalidade concreta, que evita interrogar-se sobre a explicação dos fenómenos sem os quais a integração não colocaria nenhum problema, quer prático quer teórico: a diversidade, as divisões e os antagonismos entre as partes que compõem a totalidade”. (2)

Há, pois, que superar a metodologia da regulação para que seja possível corresponder à necessidade de interpretar a realidade, de procurar a explicação dos fenómenos.

Esta compreensão do social leva-nos, um tanto paradoxalmente, à necessidade de compreensão das micro-dimensões e das interrelações desta com a entidade mais global. Mesmo sem chegarmos à visão narcísica de Gilles Lipovetski (3), a importante parcela de individualismo das sociedades contemporâneas passa pela compreensão das diferenças e é, ela mesma, uma chamada de atenção para o global, para a emergência das novas sociabilidades e das novas solidariedades.

A vida social é invadida por um sem número de actores com papel importante no jogo social e se é certo que a complexidade dessas relações é cada vez maior, não é menos verdade que desse jogo complexo, dessa teia de relações, há-de resultar maior possibilidade de se gerarem novos equilíbrios e a exigência, também crescente, de profissionais qualificados para o entendimento dessas relações e para nelas intervir com alguma utilidade social. É, de alguma maneira, a verificação do que Habermas chamou “a mudança de paradigma da razão centrada no sujeito para a razão comunicacional” (4) na qual radica o conceito de agir comunicacional, que “respeita à interacção de, pelo menos, dois sujeitos capazes de falar e do agir que estabelecem uma relação interpessoal (quer seja por meios verbais quer seja por meios não verbais). Os actores procuram entendimento sobre uma situação de acção, a fim de coordenar consensualmente os seus planos de acção e, simultaneamente, as suas acções [...]. Neste modelo de acção, a linguagem ocupa um lugar preeminente.” (5)

A formação do Assistente Social tem de saber responder às necessidades de intervenção e de trabalho com indivíduos, com pequenos grupos, com famílias, com populações e tem de lhe possibilitar o estar atento à rede de relações cujas malhas, mais ou menos apertadas, constituem o tecido social que é necessário conhecer para, qualificadamente, também com ele interagir e jogar o seu papel de profissional.

O Assistente Social tem de estar preparado de modo a poder contribuir, de uma forma eficaz, para, como diz Rosanvallon, “aumentar a flexibilidade das organizações como contrapartida ao aumento da flexibilidade dos indivíduos”. (6)

É certo que os Assistentes Sociais, como todos os outros especialistas, sofrem, nas sociedades modernas, constrangimentos organizacionais mais ou menos fortes que, muitas vezes, ocasionam frustrações profissionais e até pessoais que chegam a constituir fardos bem pesados nas suas vidas.

Torna-se necessário que o Assistente Social conheça bem as suas próprias organizações e possa e saiba, aí, alargar a sua “zona de incerteza” (7) e fazer crescer a sua autonomia. (8)

O caminho é o de progresso na constante construção de uma metodologia de intervenção, para que desapareça o praticismo de um quotidiano acrítico e rotineiro e cresça, continuamente, em cada um de nós, a necessidade de dominarmos matrizes conceptuais que nos possibilitem reflectir a nossa prática e colher dela experiências estimulantes e geradoras de outras práticas inovadoras e socialmente úteis.

Porque, realmente, como diz Michel Duchamp “a experiência não é um saber *natural* acumulado pela prática”, mas sim “uma forma de integração consciente e voluntária dos elementos da prática”.

Será, pois, necessário perguntarmo-nos “como reter o que é útil, como procurar o essencial, como distinguir o decisivo do insignificante”. (9)

Foi durante os anos 80 que a Europa viu desenvolver-se a preocupação com a investigação em Serviço Social. Disso são testemunhos, entre outros, os esforços desenvolvidos em França, ao nível do “Comité de liaison” dos centros de formação superior em Trabalho Social, que promoveu em 1983, 1984 e 1987 três colóquios sobre pesquisa em trabalho social e, também, o n.º 3/84 da revista Belga “Service Social dans le Monde” dedicada ao tema “Pesquisa Social e Trabalho Social — uma Reciprocidade Problemática” com interessantes artigos de autores de França e do Canadá. O Canadá estava, de resto, bem mais avançado, pois já a revista “Service Social”, editada pela Escola de Serviço Social da Universidade de Montreal, havia dedicado dois números (em 1968 e em 1979) ao tema da investigação.

Lionel Groulx (10) chamou mesmo a atenção para a significativa evolução da percepção da pesquisa verificada nos 10 anos que mediaram entre 1968 e 1979. Enquanto em 1968 a maioria dos textos se limitava a fazer exortações ao empreendimento de pesquisas, em 1979 a Revista incluía já seis artigos, expondo alguns trabalhos concretos de pesquisas, desenvolvidas no meio universitário do Serviço Social.

O mesmo autor aponta ainda o facto de a investigação constituir uma preocupação disciplinar dos formadores desde os anos 70, defendendo que a integração da pesquisa na formação inicial dos Assistentes Sociais valoriza, entre outros efeitos, as aptidões intelectuais.

Uma coisa parece certa: por muito que se verifiquem algumas tensões entre os conceitos de pesquisa, de formação e de prática profissional, por muito que alguns autores vejam diferenças entre investigação *sobre* Serviço social e investigação *em* Serviço Social, entre pesquisas avaliativas e pesquisas explicativas, entre o saber transmitido e o saber construído, o binómio investigação-formação parece bem escorado e com todas as condições de caminhar unido.

Disso fez demonstração o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa quando implementou, em 1985/86, um Plano de Estudos em que integrava, com uma carga horária importante, a dimensão *investigação em Serviço Social* na formação inicial dos Assistentes Sociais em Portugal.

Com base num trabalho divulgado em 1985 ⁽¹¹⁾, esse Plano de Estudos poderá ser considerado como o oitavo curriculum do curso Superior de Serviço Social desta Escola, desde a sua fundação em 1935. Foi elaborado durante o ano lectivo 83/84 por uma “Comissão de Revisão do Plano de Estudos” ⁽¹²⁾ e sujeito a algumas alterações, após ter sido objecto de avaliação ao nível da Escola. Trata-se, aliás, do Plano de Estudos actualmente em vigor ⁽¹³⁾ e que se encontra publicado na Revista *Intervenção Social* n.º 2/3, editada pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

O nosso parecer é o de que a sua estrutura corresponde àquilo que deixámos dito quanto às necessidades de formação inicial do Assistente Social, mesmo no quadro social que se antevê para os anos 90, ou seja:

- aquisição de informação teórica básica “sobre a pessoa, a relação interpessoal, a sociedade, a organização social, os recursos e a diversidade dos estilos de vida” ⁽¹⁴⁾, devidamente integrada, por forma a desenvolver, no futuro Assistente Social, capacidades de compreensão global da pessoa, das situações, da sociedade;
- formação científica rigorosa na área do Serviço Social, por forma a capacitar o Assistente Social para a intervenção global do Serviço Social, visando também também competências profissionais específicas e o desenvolvimento de uma atitude de investigação científica;
- domínio de técnicas e esquemas operativos flexíveis que lhes proporcionem uma capacidade de intervenção qualificada e socialmente útil;
- maturação socio-emocional e expressiva, e ainda, socio-afectiva e interpessoal, por forma a desenvolver no Assistente Social capacidades para assumir a relação profissional.

Tudo isto porque o olhar do serviço social é um olhar complexo, que atravessa ao mesmo tempo o homem e a sociedade, transportando consigo as dimensões do pensamento e da acção.

Eis porque, na formação do Assistente Social, me parecem tão importantes os momentos de síntese que, ao nível do Plano de Estudos de que estamos a falar, nos são dados principalmente nos tempos de seminários em pequenos grupos (quer os temáticos quer os de investigação) e nas instâncias pedagógicas de supervisão de estágios e de orientação de pesquisas. É também por isso, pela importância capital que se atribui aos aspectos pedagógicos (concretamente das instâncias teórico-práticas e de investigação) e ao rigor científico que a formação do Assistente Social exige, que este Plano de Estudos integra um curriculum algo pesado, que se desenvolve ao longo de 5 anos lectivos, correspondentes a 10 semestres.

Numa tentativa de visualização das várias componentes formativas e do seu peso relativo em termos de carga horária, apresenta-se o seguinte quadro:

Carga Horária

	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Totais	
Aulas Teóricas	23 805	22 770	12,5 437,5	6 210	8,5 297,5	72 2520	sem. anual
Aulas Práticas, Seminários e Supervisão Pedagógica	— —	1,5 52,5	3,5 122,5	3,5 122,5	4 140	12,5 437,5	sem. anual
Estágios	— -	— —	15 525	18 630	- -	33 1155	sem. anual
Trabalho de campo para Pesquisa	— —	— —	— —	— —	14 490	14 490	sem. anual
TOTAIS	23	23,5	31	27,5	26,5	131,5	sem.
TOTAIS	805	822,5	1085	962,5	927,5	4602,5	anual

Simultaneamente ao decurso da implementação deste plano de Estudos e dada a inexistência, em Portugal, de condições para graduar os docentes de Serviço Social, foram desenvolvidas acções no sentido de estabelecer um Programa de Cooperação e Intercâmbio entre a Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo e o Instituto Superior do Serviço Social de Lisboa, que veio a ser assinado em 23 de Abril de 1986 ⁽¹⁵⁾ e ao abrigo do qual foi iniciado um Curso de Mestrado em Fevereiro de 1987, encontrando-se em fase de organização um segundo curso.

No que respeita aos actuais Assistentes Sociais, são vários os desafios que os anos 90 lhes reservam e para os quais devem também estar preparados. São os Assistentes Sociais quem terá de se confrontar com a necessidade de enquadrar centenas de profissionais do social, que tendo entretanto adquirido competências na área da acção social, começam a ficar disponíveis no mercado de trabalho, sem, certamente, terem devidamente balizada a sua possibilidade de intervenção no social. — Refiro, a título de exemplo, os cursos particulares de bacharelato em Animação Social e os cursos oficiais técnico-profissionais, de nível de 12.º Ano, ministrados nas Escolas Profissionais. ⁽¹⁶⁾

Tudo isto, além do já complicado mercado concorrencial com outras formações do mesmo nível académico, vai “empurrar” os Assistentes Sociais para uma cada vez maior qualificação profissional.

Essa qualificação terá de ser procurada:

- na formação permanente, na actualização e na reciclagem;
- na reflexão, teoricamente enquadrada, da prática profissional, acumulando experiência;
- na pós-graduação académica;
- na pós-graduação profissional.

E se é certo que os três primeiros planos são de relativamente fácil alcance por parte dos Assistentes Sociais, já o último necessita ainda de uma base de reflexão.

Parece-me, no entanto, um caminho que, inevitavelmente teremos, todos, de fazer. Talvez esse seja mesmo, ao nível da formação, o desafio dos anos 90.

É que os Assistentes Sociais, estou certa disso, serão, cada vez em maior número, chamados a desempenhar funções em instâncias de concepção e de decisão, o que não deixará de repercutir positivamente na sociedade portuguesa.

CONCLUSÕES

1. Por tudo o que ficou dito, parece-nos poder concluir que os anos 90 vão constituir um apelo profundo à capacidade dos Assistentes Sociais, jovens e menos jovens, se posicionarem enquanto actores sociais, interagindo com todos os outros actores e sistemas intervenientes no devir social, embora elegendo o utente como o seu principal “interface”.

2. Este desafio aponta para a importância do “agir comunicacional” segundo Habermas, ou para a “competência interaccional” de que nos fala Cicourel ⁽¹⁷⁾, mas não retira, antes sublinha, a continuação da necessidade da interpretação da realidade e das análises sociais de conjuntura que marcaram, no Serviço Social, a superação da metodologia da regulação.

3. É de sublinhar a importância da transformação do saber em acção socialmente útil mas, também, a importância do enriquecimento e mesmo construção desse saber a partir do agir reflectido e crítico.

4. Estamos todos confrontados com a necessidade de dar um salto qualitativo e empenhado na pós-graduação.

5. É necessário que nasçam, cresçam e se desenvolvam espaços de debate que passem, entre outras, pelas seguintes temáticas:

- Administração Social
- Supervisão teórico-metodológica
- Problemáticas específicas
- Metodologias de intervenção em Serviço Social
- Avaliação de Programas
- Investigação em Serviço Social
- Sistematização da prática profissional.

6. E, por último, não quero deixar de retomar um apelo feito há 3 anos, no Porto, aquando da I Mostra de Serviço Social ⁽¹⁸⁾ e que já me parece tão longínquo, tantos os acontecimentos gratificantes que entretanto tocaram o Serviço Social em Portugal. Esse apelo respeita à necessidade de trazermos à luz do dia os nossos estudos, os nossos projectos de intervenção, os nossos projectos de pesquisa, a sistematização das nossas práticas. Trazê-los ao conhecimento dos nossos pares e da comunidade em geral e partilhar com todos as nossas dúvidas e as nossas “certezas”...

Oportunidades como a deste Congresso devem ser por nós aproveitadas como espaço de debate e de enriquecimento mútuo.

Que este seja um tempo de divulgação do trabalho social em geral e do Serviço Social em particular, um tempo de partilha de saberes e de experiências, um tempo de reflexão, um tempo de estudo, um tempo de acção.

Outubro de 1991

NOTAS

(1) Boaventura Sousa Santos: *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Ed. Afrontamento, 1987, p. 57.

(2) J.W. Lapierre. “Systémisme? Oui. Fonctionnalisme? Non”, in *Sociologie du sud-Est*, n.º 11, Janvier-Mars, 1977, p. 61.

(3) Gilles Lipovetski: *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água, 1989.

(4) Jurgen Habermas: *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1990, p. 281.

(5) Jurgen Habermas: *Theorie de l'Agir Communicationnel*, Paris, Fayard, 1987, 2 Tomos, Tome I, p. 102

(6) Pierre Rosanvallon: *A Crise do Estado Providência*, Lisboa, Ed. Inquérito, Lda., s/ data.

(7) Philippe Bernoux: *La Sociologie des Organisations*, Paris, Seuil, 1985, pp.136 e ss.

(8) Michel Crozier: *Le Phénomène Bureaucratique*, Paris, Seuil, 1971, pp.176 e ss.

(9) Michel Duchamp: *La Recherche en Travail Social*, Paris, Centurion, 1989, pp. 115 e ss.

(10) Lionel Groulx: "Recherche et Formation en Service social au Quebec: tendances et interpretation", in *Service social dans le Monde*, 3/84, pp. 31-39.

(11) Ernesto Fernandes: "Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa", *Intervenção Social* n.º 2/3, pp.123-141.

(12) Comissão constituída pelos docentes: Maria Augusta Negreiros, Eduardo Duarte, Micael Pereira e António Caetano.

(13) Conforme Portaria 793/89 de 8 de Setembro

(14) Plano de Estudos. Docv. fotocopiado, p. 2.

(15) Publicado na revista *Intervenção Social* n.º 2/3, Dez.º 1985, p. 87-92.

(16) CDOnf. Dossiers Publimeida "Escolas Profissionais", Suplemento para distribuição com o *EXPRESSO*, Sábado 12 de Outubro de 1991.

(17) Aaron V. Cicourel: *La Sociologie Cognitive*; Paris, PUF, 1979, 239 p.

(18) I mostra de Serviço Social "O Serviço Social nos anos 80", compilação das comunicações apresentadas na I Mostra de Serviço Social realizada na faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de 6 a 8 de Outubro de 1988.

II Curso de Pós-Graduação em Administração Social

Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

Destinatários:

Licenciados na área das Ciências Sociais com a classificação mínima de 14 valores. Situações excepcionais serão submetidas ao Conselho Científico.

Apresentação de Candidaturas

As candidaturas devem ser apresentados de 6 de Outubro a 20 de Novembro de 1993, no secretariado do Departamento de Pós-Graduação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- *Boletim de candidatura, com fotografia*
- *Certidão de Licenciatura*
- *Curriculum Vite*
- *Carta justificativa dos motivos da candidatura*

Propinas

- | | |
|---|-------------------|
| • Candidatura (no acto) | 5.000\$00 |
| • Inscrição (no acto) | 65.000\$00 |
| • Disciplinas — 23 mensalidades de | 18.700\$00 |

Início do Curso — Janeiro de 1994

Plano Curricular — Consultar Pág. 87